

OS BRICS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NOVOS ATORES GLOBAIS NO SÉCULO XXI

THE BRICS: CONSIDERATIONS ON THE NEW GLOBAL ACTORS IN XXI CENTURY

Rodrigo Cassio Marinho da Silva¹

RESUMO

O presente artigo busca analisar, os chamados “países emergentes”, denominados como BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e o desenvolvimento de uma perspectiva que visa traçar um perfil político de diversidade regional mediante seu grau de inserção no cenário internacional do século XXI. O grupo de “países emergentes” pode ser considerado inserido na comunidade internacional com êxito e despontar como uma “alternativa viável” ao vácuo de poder existente no sistema internacional nas primeiras décadas deste século?

Abordando uma perspectiva teórica baseada no Construtivismo de Nicholas Onuf e Alexander Wendt, desenvolvida no começo da década de 90, com o fundamento de que o sistema internacional é construído de forma constante, uma vez que atores envolvidos com suas ações tornam o mundo um pilar a ser construído sistematicamente.

Palavras-chave: BRICS, Países emergentes, novo regionalismo.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the so-called "emerging countries", as called BRICS - Brazil, Russia, India, China and South Africa - and the development of a perspective that seeks to chart a political profile of regional diversity by their degree of integration in the XXI century. Can the group of "emerging" countries be considered successfully embedded in the international community and emerge as a "viable alternative" to the power vacuum existing in the international system in the early decades of this century?

Addressing a theoretical perspective based on the Constructivism of Nicholas Onuf and

Alexander Wendt, developed in the early 90s, with the plea that the international system is built steadily since actors involved with their actions make the world a pillar to be built systematically.

Keywords: BRICS, Emergent countries, regionalism.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tratará dos antecedentes do surgimento dos BRICS no pós - Guerra Fria, seguido da relevância do grupo, seus princípios norteadores definidos a partir do Consenso de Brasília e Moscou, a “desigualdade” existente entre os chamados “países ricos” e os “emergentes” na conjuntura internacional das grandes cúpulas, alianças e fóruns, os desafios enfrentados por cada membro e, por fim, a inserção da África do Sul e o debate que se formou sobre qual país melhor “representaria” o Continente Africano como membro efetivo a partir das diretrizes do próprio criador do acrônimo Jim O'Neil, economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs.

A metodologia tem como base um caráter dedutivo, uma vez que o enfraquecimento das “potências tradicionais”, a ascensão dos “países emergentes”, leva a um cenário distinto para esse começo de século, em que a pujança econômica frente aos processos recessivos dos “países ricos” torna viável a perspectiva de liderança dos BRICS, aplicada a uma pesquisa bibliográfica, à medida que se baseia em material já publicado como livros, artigos, periódicos especializados e sites de internet.

2. ANTECEDENTES DO SURGIMENTO DOS BRICS

Toda análise do sistema internacional supõe alguma visão teórica a respeito do tempo, do espaço e do movimento da sua “massa histórica”. Sem a teoria é impossível interpretar a conjuntura e identificar os movimentos cíclicos e as “longas durações” estruturais que se escondem e desvelam, ao mesmo tempo, através dos acontecimentos imediatos do sistema mundial. Só tem sentido falar de “grandes crises”, “inflexões” e “tendências” a partir de uma teoria

que relacione e hierarquize fatos e conflitos locais, regionais e globais, dentro de um mesmo esquema de interpretação. Além disso, é a teoria que define o “foco central” da análise e a sua “linha do tempo”. Por exemplo, com relação às transformações mundiais das últimas décadas, é muito comum falar de uma “crise da hegemonia americana”, na década de 1970, e reconhecer que, depois disso, houve duas inflexões históricas muito importantes, em 1991 e 2001. Mas, por trás deste consenso aparente, podem esconder-se interpretações completamente diferentes, dependendo do ponto de partida teórico de cada analista. Portanto, essa análise da conjuntura internacional começa expondo, de forma sintética, o seu foco de observação, a sua tese central e suas principais premissas teóricas, para só depois analisar as mudanças recentes do sistema mundial e discutir o novo lugar de China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. (FIORI, 2007, p.78)

O breve século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.

Assim, pela primeira vez em dois séculos, faltava inteiramente ao mundo da década de 1990, qualquer sistema ou estrutura internacional. O fato mesmo de terem surgido, depois de 1989, dezenas de Estados territoriais sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras – nem sequer terceiras partes aceitas como suficientemente imparciais para servir de mediadoras gerais – já fala por si. Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabelecia, ou pelo menos ratificava fronteiras contestadas? Onde estavam os vencedores da Primeira Guerra Mundial que supervisionavam o novo desenho do mapa da Europa e do mundo, fixando uma linha de fronteira aqui, insistindo num plebiscito ali? (Onde, na verdade, estavam aquelas conferências internacionais de trabalho tão conhecidas dos diplomatas do passado, tão diferentes das breves conferências de cúpula para fins de relações públicas e sessões de fotos

que agora tomavam seu lugar?) (HOBSBAWM, 1995, p. 537-538).

De acordo com Fonseca Junior (2011: p. 15-16):

Essa descrição beira o caricatural: afinal, os anos 1990 também se caracterizaram por episódios que frustram dramaticamente aquele otimismo, tanto do lado das crises financeiras quanto do lado das tragédias humanitárias. Entretanto, a caricatura serve para marcar, do ângulo da ordem internacional, o enorme contraste com o início do século XXI, que elimina boa parte do otimismo e da esperança do fim da Guerra Fria. Verifica-se, em pouco tempo, que, se o ideal da “ordem multilateral” não é viável, o de uma ordem unilateral, comandada pelos EUA não é a melhor alternativa também. A solução multilateral beirava a utopia (e faltaram os “agentes sociais” que a levassem adiante); a unilateral representaria a negação do próprio sentido da ordem internacional, que supõe a articulação combinada de “vontades soberanas e diferentes”. Aliás, os próprios EUA perceberam, de maneira contundente, pelas dificuldades que enfrentam no Afeganistão e no Iraque, que algum recurso ao multilateralismo era necessário ainda que fosse para completar e respaldar as medidas inspiradas pelo unilateralismo. Para simplificar, desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente na entrada do século XXI, existe uma demanda de ordem e não está claro quem vai produzir a oferta. A ideia de um mundo sem rumo, à deriva, marcado por impasses, sem perspectivas claras, se espalha.

Essa demanda, se corresponder à incapacidade das potências tradicionais de gerar novos paradigmas de ordem, corresponde quase automaticamente à abertura para que países (e grupos) que emergem naquele momento busquem espaço próprio para “auxiliar”, com interesses e ideias, modos de desenhar perspectivas de ordem. Diga-se, desde já, que não existe, do lado dos emergentes, nada de radical, nada de revolucionário (para lembrar as categorias de Kissinger, querem “melhorar” as condições de legitimidade, não criar alternativas às que existem).

Apesar do notável peso desses países, seria difícil conceber, na década de 1990, a formação

de um agrupamento como os BRICS de hoje, não apenas porque cada país enfrentava dificuldades internas, de ordem política ou econômica, mas também porque o G7 (agrupamento formado por Canadá, França, Itália, Alemanha, EUA, Japão e Reino Unido) representava, então, o núcleo duro do poder econômico. Contudo, o cenário político e econômico mudou significativamente desde então.

Nos primeiros anos do século XXI, a China ascendeu ao posto de segunda economia do mundo e de maior exportadora global (2010); o Brasil passou à posição de sexta maior economia do planeta (2011); a Índia mantém elevadas taxas de crescimento anual, sendo a nona maior economia; a Rússia recuperou sua autoestima com base na estabilidade econômicaⁱⁱ, situando-se como a décima primeira maior economia; e a África do Sul apresenta-se ao mundo reconstruído em sua dignidade nacional com o fim do regime do *Apartheid* e com o fortalecimento de sua democracia e de sua economia. (REIS, 2011, p. 34)

Algumas questões devem ser colocadas a fim de que possamos entender este fenômeno que reflete, em alguma medida, uma das derradeiras possibilidades de expansão territorial do sistema capitalista – a inclusão da África no capitalismo moderno. A primeira delas seria em relação à compreensão do processo que alterou as dinâmicas do sistema monetário internacional e as razões de sua ocorrência. A segunda, os impactos resultantes da nova configuração no panorama econômico dos países emergentes e a reação dos mesmos frente às novas possibilidades dadas pelo fim de suas restrições financeiras, atávicas até então. E, em terceiro lugar, deve ser evidenciada a incógnita em relação às possíveis ações por parte dos países desenvolvidos no sentido de reverter este quadro e o desmontamento do que pode ser a tendência ao desmantelamento da atual configuração, sistematizada na hipótese da existência de um arranjo Bretton Woods 2 (BW2). (VIEIRA, 2011, p. 6-7)

Em relação à primeira das questões apontadas, a construção do sistema monetário internacional esteve constantemente ligada aos objetivos da política macroeconômica dos

Estados Unidos, legitimados por seu poderio militar. É apontado por Franklin Serrano (SERRANO, 2004) como sendo a ofensiva conservadora interna com priorização do controle da inflação e resolução do conflito distributivo interno a favor das classes proprietárias, as políticas de controle inflacionárias impostas por Reagan ao final da década de 1970.

Até então, os Estados Unidos operavam em termos da manutenção de altas taxas de crescimento, sendo que entre 1947 e 1968 o compromisso se dava por conta da ameaça soviética o que justificava suporte incondicional aos países aliados. Após 1968 – até 1979 – persistiu a tentativa de manutenção de altos níveis de emprego interno, ainda que à custa do abandono de Bretton Woods e com grande prejuízo do ganho financeiro nos EUA, pois as baixas taxas de juros não permitiam elevados rendimentos, o que também consolidou a formação do mercado de eurodólares com a migração destes capitais. (VIEIRA, 2011, p.7).

Mas logo depois, no início do século XXI, esse projeto imperial começou a apresentar algumas dificuldades, apesar de sua estrutura de poder global. Depois de vencer a Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos lideraram e venceram a Guerra do Iraque, em 2003, conquistando Bagdá, destruindo as forças militares iraquianas e destituindo o presidente Saddam Hussein. Após suas duas vitórias, entretanto, as forças norte-americanas não conseguiram reconstruir os dois países, nem conseguiram definir com precisão seus objetivos de longo prazo, depois da constituição de governos locais tutelados. Mas estes foram apenas os dois últimos episódios de uma experiência política e militar imperial que não tem sido bem sucedida do ponto de vista dos objetivos imediatos dos Estados Unidos. Suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes sem a conquista territorial; e a vitória militar não conseguiu dar conta do controle territorial e da reconstrução nacional dos países derrotados. Com certeza, não se trata de uma “crise final” do poder americano, nem do apocalipse do sistema mundial. O que está acontecendo é que o projeto

imperial dos Estados Unidos alcançou seu limite. Por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, parece impossível sustentar um império global sem colônias, só com bases militares - e os Estados Unidos não têm disposição nacional de arcar com os custos de um sistema colonial; em segundo lugar, uma vez mais, o sucesso da estratégia “asiática” dos Estados Unidos, dos anos 1970, já gerou uma nova realidade que lhes escapa ao controle e, hoje, os Estados Unidos não têm mais como frear a expansão econômica da China, nem teriam mais como conceber um império mundial que não contasse pelo menos com uma parceira chinesa. (FIORI, 2007, p. 88-89)

As chamadas “crises da hegemonia americana”, evidenciadas durante os anos 1970, seguidas pelo fim da União Soviética em 1991 e pelos ataques de 11 de Setembro em 2001, mostram dois momentos distintos que colocaram em evidência o papel desempenhado pelos Estados Unidos como superpotência, as interpretações que se seguiram de diversos analistas e as mudanças que se produziram no sistema mundial trazendo para a discussão o grupo de “países emergentes”.

As altas taxas de crescimento econômico dos Estados Unidos durante os anos do pós-guerra, no auge da Guerra Fria, e em seus momentos mais críticos, apesar de no período conhecido como “distensão” ou “Détente”, em princípios dos anos 1980, ficou claro que a manutenção do pleno emprego seria uma decisão arriscada em virtude do fim do sistema Bretton Woods, idealizado pelos Estados Unidos na condição de potência vencedora.

As fórmulas político-diplomáticas tão utilizadas ao longo do século passado, nos modelos adotados pelas “potências tradicionais” na forma de “plebiscitos”, “mediação de fronteiras contestadas”, e “conferências internacionais” não faziam mais sentido e passaram a ter sua eficiência questionada com o passar das décadas e com as mudanças de paradigmas no contexto internacional.

Por fim, as novas fronteiras do sistema capitalista, a inclusão de continentes e países até então marginais dentro da economia política internacional, o surgimento de um ambiente

propício, uma vez superadas as condições que impediam a ascensão desses países a exemplo dos BRICS tornou-se viável, mediante a impossibilidade dos países desenvolvidos em reverter essa nova configuração neste contexto internacional.

3. A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DOS BRICS NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES: O CONSENSO DE BRASÍLIA E MOSCOU

Grupos e organizações, em geral, são formados por estados a partir de interesses comuns, laços históricos, culturais ou geográficos (Barbosa, 2009, p. 99). No caso dos BRICS, a iniciativa começou com o conceito elaborado no relatório de 2001, intitulado *Bulding Better Global Economic BRIC*, de autoria do economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neill (2001). O estudo analisava as perspectivas de crescimento econômico do Brasil, Rússia, Índia e China. O tema teve como base dois elementos: o ritmo de crescimento econômico de cada país estudado e a grande população. O documento prognosticava que os países dos BRICS (África do Sul não fazia parte) se firmariam entre as maiores economias do mundo em pouco tempo. Tais análises, na época, levaram os especialistas de diversas áreas, como economia e política, a indagarem de forma cética e perplexa sobre as grandes diferenças desses países: afinal, como países tão heterogêneos podem ter algo em comum? (OLIVEIRA, 2012, p.4)

É patente, na atualidade, a prosperidade que usufruem as economias emergentes em detrimento dos processos recessivos em andamento nas economias avançadas. Em grande parte, a boa maré pode ser atribuída aos grandes fluxos de investimento que estas economias vêm recebendo desde meados da década de 1990. A capacidade de acúmulo de divisas estrangeiras vem possibilitando que os países incluídos no processo possam, inclusive, valerem-se de *hard politics*, tal qual tradicionais colonizadores, utilizando seus novos abundantes capitais para exercer certa dose de poder real junto a economias menos desenvolvidas - a exemplo das antigas potências europeias em

relação às antigas colônias africanas. Atualmente, os BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB *per capita*), 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008. Ademais, de acordo com a previsão divulgada pelo FMI em 24 de janeiro de 2012, os países do grupo deverão contribuir com 56% do crescimento do PIB mundial em 2012. A contribuição do G7 para o crescimento da economia mundial será de 9%, menor que a da América Latina (9,5%)ⁱⁱⁱ. Sobressaem, ainda, diversas outras características dos membros do agrupamento. Brasil, Rússia, Índia e China são os únicos países – além dos EUA – que possuem ao mesmo tempo (a) área territorial acima de dois milhões de quilômetros quadrados, (b) população acima de 100 milhões de pessoas e (c) PIB nominal acima de US\$ 1 trilhão. A título de comparação, Austrália e Canadá compartilham área territorial extensa e grande PIB, mas têm população menor que 100 milhões de habitantes. Japão e México, por sua vez, têm PIB acima de US\$ 1 trilhão e mais de 100 milhões de habitantes, mas contam com territórios menores que dois milhões de quilômetros quadrados. (REIS, 2011, p. 34)

Gonçalves (2009, p.89) analisou a grande invenção do economista da Goldman Sachs, dizendo: “muito se tem escrito sobre esta bem sucedida invenção que ao agrupar grandes países em um só bloco, gerou um espetacular fato político no cenário da governança global, cujos efeitos parecem não se ter ainda esgotado”.

Os países do arranjo têm em comum a imensidão geográfica e populacional. Mas, sobre a importância dessa dupla dimensão: “será que por si só garante permanência e vida longa a tal heterogêneo grupo de países?” Questionou o autor. (apud OLIVEIRA, 2012, p. 5)

Nogueira e Messari (2005) e Sarfati (2005) explicam que o Construtivismo se desenvolveu no começo da década de 90, a partir das obras de Nicholas Onuf e Alexander Wendt.

O pressuposto básico do Construtivismo é que o mundo é constantemente construído, ou seja, o mundo não é predeterminado, sendo passível de mudança à medida que os atores agem; o mundo

é um construto social.

Do mesmo modo, aproveita-se de outra premissa, advinda das Ciências Sociais: o debate agente-estrutura. Para os construtivistas, o agente não precede a estrutura nem vice-versa, ambos são co-construídos. Isso significa que os agentes não moldam a estrutura de acordo com os seus interesses, bem como a estrutura não é capaz de constranger os agentes, limitando suas ações. Um influencia o outro da mesma maneira e com mesma intensidade.

Outro pressuposto teórico construtivista diz respeito à relação entre idealismo e materialismo. Nogueira e Messari (2005, p. 167) esclarecem que:

Se, por um lado, os construtivistas não descartam as causas materiais, por outro, consideram que as idéias e valores que informam a relação do agente com o mundo material desempenham uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo.

Essas três premissas são válidas para todos os construtivistas. No entanto, há outras que são aceitas por quase todos os teóricos desta perspectiva. São elas: a anarquia não é uma estrutura que define a disciplina das Relações Internacionais, mas há um conjunto de normas que organizam as relações internacionais, sendo essas regras objeto de uma disciplina específica. A anarquia internacional é socialmente construída, logo, há conflito nas relações internacionais porque a natureza da anarquia não é determinada, está sempre sendo construída e reconstruída, havendo, então, períodos de cooperação e de confronto. (apud MAIA, RARI, p.15-16)

O ponto pitoresco dessa situação reside em que o potencial apropriado por países emergentes como os BRICS para o exercício efetivo de influência política, econômica e militar em terceiros Estados pode ser atribuído a mudanças no mecanismo do sistema monetário internacional que pareceram bastante vantajosas aos países desenvolvidos na década de 1970, em termos de resolução de seus conflitos internos, mas que acabaram por gerar mudanças estruturais que os desfavoreceram. O ponto

preocupante que subjaz nessa abordagem trata dos movimentos recentes realizados de modo unilateral pelos Estados Unidos na forma de ajustes macroeconômicos que podem colocar em derrocada o atual sistema. (VIEIRA, 2011, p. 6-7)

Os números são bem conhecidos e, salvo poucos anos de dificuldade para a Rússia e o Brasil, os BRICS são hoje mais relevantes para a economia global do que eram há dez anos atrás.

É evidente que a atenção que os cinco países merecem dos analistas econômicos e dos meios de comunicação existiria ainda que a sigla não existisse. São importantes, cada um, por motivos próprios, econômicos, políticos ou estratégicos. Para citar pouquíssimos exemplos: a China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada à dimensão de seu arsenal nuclear e relevância no mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia “real” do mundo; a África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de *commodities*; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio. É impossível imaginar que algum regime internacional, seja na área da segurança, da economia ou dos valores, se articule e se consolide sem que deles os BRICS participem ativamente. Como disse Andrew Hurrell, “[...] são países [...] com alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos globais ou regionais” (HURRELL, 2009, p.10 apud FONSECAJUNIOR, 2011, p. 14)

Por que a marca se fixa? Penso que em função de algo simples que poderia ser tirado de qualquer livro de geografia: Brasil, China, Índia e Rússia são países de grande extensão territorial, com grandes populações, economias diversificadas e no topo das taxas de crescimento das economias emergentes (GALVÃO, 2010, p.13). Ou seja, a sigla revela *semelhanças* entre países obviamente muito diversos, situados em continentes diferentes e que mantinham, entre eles, relações extremamente variadas (Índia e China se enfrentaram em uma guerra nos anos 1960; China e Rússia foram aliadas e depois rivais etc.). (apud FONSECA JUNIOR, 2011, p. 13-14)

Há, contudo, outras siglas criadas por instituições financeiras que são bem-sucedidas no que diz respeito à atração de investimentos. Menciono os acrônimos N-11 (*Next Eleven*), também cunhado pela Goldman Sachs (incluindo Indonésia, Bangladesh, Egito, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã); CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul), concebido pelo HSBC; e VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina), criado por instituições japonesas. Caso os BRICS não tivessem se estabelecido como mecanismo político diplomático, possivelmente o acrônimo tivesse hoje *status* semelhante ao dessas outras siglas. (REIS, 2011, p. 32-33)

A primeira reunião formal de chanceleres realiza-se já no ano seguinte, em 18 de maio de 2008, em Ecatimburgo, marcando o momento em que BRICs deixou de ser uma sigla que identificava quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornar uma entidade político-diplomática. É importante registrar que o nascimento dessa entidade não se dá por recomendação de Ministros das Finanças, mas a partir da iniciativa de dois experientes e brilhantes diplomatas, especialistas em relações internacionais: o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Chanceler da Rússia, Embaixador Sergey Lavrov. No Comunicado Conjunto acordado em Ecatimburgo, Brasil, Rússia, Índia e China destacam os seguintes pontos de consenso:

- Fortalecimento da segurança e da estabilidade internacionais;
- Necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países;
- Fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central;
- Necessidade de reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz;
- China e Rússia registraram apoio às aspirações do Brasil e Índia de desempenhar maior papel nas Nações Unidas;
- Apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos;
- Favorecimento do desarmamento e da não

proliferação;

- Condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações;
- Reconhecimento da importância da cooperação internacional para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima;
- Reiteração do compromisso de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza; e
- Acolhimento da sugestão do Brasil de organizar reunião de Ministros das Finanças dos BRICS para discutir temas econômicos e financeiros. Desde então, as reuniões têm sido pelo menos anuais. (REIS, 2011, p. 36-37)

As mudanças ao longo do século XXI e nas suas primeiras décadas têm mostrado e dado provas de que a formação de blocos de países dispensa as pré-condições relacionadas a interesses comuns, laços históricos, culturais ou geográficos, pois, não há uma linha tênue que os ligue ou os separe dentro desse novo contexto.

As bases usadas pelo criador do acrônimo BRICS para que esses países ganhassem tal destaque relacionado ao crescimento econômico e a população de cada país tem sido o catalizador e ao mesmo tempo os pilares fundamentais que fixam os “emergentes” como atores com grande capacidade de se firmarem como as maiores potências deste século.

No que diz respeito à pujança das econômicas dos “países emergentes”, os números registrados ao longo da década de 2000 no que diz respeito ao crescimento econômico conjunto do grupo, seguido do papel desempenhado no que diz respeito à contribuição desses países no crescimento econômico mundial durante o mesmo período.

O uso das chamadas “*hard politics*” pelos BRICS se tornou uma realidade, à medida que o acúmulo de divisas em dólares, possibilitou-lhes um poder de intervenção até então impensável para os analistas de relações internacionais. A exemplo temos a intervenção Russa na Ossetia do Sul em 2008, a disputa Indiana pela Caxemira contra o Paquistão, e a ameaça de desencadeamento de um conflito nuclear entre ambos, as ameaças ainda que veladas por parte

do Brasil sobre seus “sócios” do Mercosul devido ao seu poder econômico por meio de “ajudas” ou sanções econômicas como meio de coagir ou induzir um determinado país ou grupo de países (Uruguai e Argentina), como no caso da exclusão Paraguai, e a “adesão” da Venezuela ao bloco sul-americano, etc.

Por fim, os pontos definidos pelos BRICS na forma de “consenso” entre os tomadores de decisão, são necessários apontar que dois pontos podem ser considerados decisivos para a efetivação desses países como bloco e organização multilateral viável, com os seguintes destaques: reforma no Conselho de Segurança da ONU e o apoio às aspirações de Índia e Brasil a membros plenos por parte da Rússia e China.

4. A DESIGUALDADE ENTRE OS “PAÍSES RICOS” E OS BRICS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA A RESPEITO DE ALIANÇAS NAS CÚPULAS E FÓRUMS INTERNACIONAIS

A despeito de suas credenciais, Brasil, Índia, China e África do Sul não eram, até recentemente, chamados a participar do principal diretório econômico mundial: o G8 (agrupamento formado pelos países do G7, com participação adicional da Rússia). Quando essa realidade tornava-se tão constrangedora quanto insustentável, esses Estados, juntamente com o México, passaram a ser convidados a “tomar o café” após o banquete do G8, no chamado processo de “*outreach* G8+5”, iniciado em Gleneagles (Escócia), durante a presidência britânica do G8 (2005). Talvez para não configurar uma incorporação desses cinco países ao G8, outros parceiros eram circunstancialmente convidados para as reuniões de Cúpula, conforme o interesse do país anfitrião. Por exemplo, a Coreia do Sul esteve em Hokkaido (Japão, 2008); e o Egito, em L'Aquila (Itália, 2009). É importante notar que esse “tomar o café” significava ser informado das decisões adotadas – os cinco países do *outreach* não participavam do debate sobre os rumos da economia mundial. Isso traduzia a percepção do G8 de que países como Itália e Canadá tinham papel mais importante nas decisões sobre a economia global

do que China, Brasil e Índia. Esse mesmo tipo de percepção se refletia em outros foros internacionais. (REIS, 2011, p. 35)

No período de construção de uma nova ordem econômica internacional, no segundo pós-guerra, tanto a URSS como a China, se auto-excluíram das instituições típicas do sistema mundial capitalista – FMI, BIRD, GATT – enquanto o Brasil e a Índia aderiam de modo relutante, e marginal, a essas entidades “capitalistas”. O Brasil foi ativo nesses órgãos da interdependência capitalista, mais como “cliente” do que como responsável por processos decisórios que, até há pouco, passaram ao largo de sua capacidade de atuação. Mais do que qualquer outro país dentre os BRICS, ele preservou estruturas de mercado e um estilo capitalista de gestão econômica em sintonia com o padrão formal de organização econômica do capitalismo. O outro BRICS capitalista do período da Guerra Fria, a Índia, foi muito mais estatizante, burocratizado e atrasado do que o Brasil e seu recente impulso modernizador se deve mais à diáspora econômica nos EUA do que a transformações internas da própria Índia. (ALMEIDA, 2009, p. 58)

O início do século XXI passou a explicitar de modo contundente o que o Brasil (e outros países) apontava há décadas – a falta de representatividade e, portanto, de legitimidade das instituições internacionais gestadas no pós-guerra. Essa circunstância abriu espaço para a conformação de novas instâncias de articulação e de coordenação envolvendo países em desenvolvimento. É nesse contexto, e com esse espírito, que se constituíram, em 2003, o fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), sem qualquer prognóstico de instituições econômicas, e as Cúpulas birregionais ASA (América do Sul-África) e ASPA (América do Sul-Países Árabes). Esses mecanismos diferem dos blocos de integração regional, formados com base em contiguidade territorial ou relações de vizinhança (MERCOSUL, UNASUL e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CALC/CELAC). Pela abrangência de suas agendas, diferenciam-se também de outros grupos dos quais o Brasil faz parte, como o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) que trata exclusivamente da reforma do Conselho de

Segurança das Nações Unidas; o BASIC, que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China nas negociações sobre mudança do clima; ou o G20, centrado na agenda econômica global. A conformação dos BRICS é posterior à formação do IBAS, da ASA e da ASPA, mas segue os mesmos princípios. Surge antes para complementar a governança global do que para com ela competir. Iniciou-se de maneira informal em 2006, com almoço de trabalho, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), coordenado pelo lado russo. Em 2007, o Brasil assumiu a organização do referido almoço à margem da AGNU e, nessa ocasião, constatou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de chanceleres dos BRICs. (REIS, 2011, p. 36)

E para onde caminham os BRICS nas próximas décadas? Certamente não em direção ao mesmo destino, ainda que o traço comum de suas trajetórias seja uma crescente adesão, incontornável, à economia mundial. O estudo da Goldman Sachs aposta que esse G4 ultrapassará conjuntamente o PIB do atual G7 em 2035, sendo que a China ultrapassará a todos, individualmente, até 2040. Os componentes dessa ultrapassagem são muito diversos, com uma provável “explosão” tecnológica da China, uma continuidade “extrativa” no caso da Rússia, uma enorme competitividade agrícola para o Brasil e de serviços de internet e de tecnologia da informação para a Índia, o que já ocorre atualmente. Ainda que a “massa atômica” conjunta dos BRICS possa superar o peso do atual G7, eles permanecerão, em termos per capita, abaixo dos indicadores atuais de bem estar e de produtividade dos países avançados. (ALMEIDA, 2009, p. 59)

Levando em consideração as ações tomadas pelos “países ricos” no que diz respeito ao caráter decisório dos rumos que deve seguir a economia mundial e o trato dispensado a países que possuem uma influência crescente como “sócio efetivo” no processo de decisões e não mais de “meros expectadores”.

A adesão ainda que relutante do Brasil e da Índia a instituições de interdependência do sistema mundial capitalista a exemplo do GATT, FMI e BIRD, por exemplo, se deve mais a fatores

internos do que externos propriamente, uma vez que o Brasil estava por iniciar seu processo de internacionalização econômico em idos da década de 1950, e a Índia experimentava os reflexos do seu processo de pós-independência e os “resquícios” colonialistas deixados pela potência colonial Britânica.

Enquanto no caso Russo e Chinês, a questão se devia a fatores externos e internos propriamente, uma vez que estes países despontavam como líderes no chamado “Segundo Mundo”, foram aliados e depois romperam relações, no plano interno a China e o “Grande Salto para frente”, que buscava um processo acelerado de “coletivização” agrícola e industrialização resultou em um fracasso, uma vez que as relações bilaterais com a ex-URSS foram rompidas, já do lado Russo, período de “coexistência pacífica” o que incluía seu caráter fortemente orientado a “Desistalinização” e de aproximação com os Estados Unidos resultou nesse processo de não adesão a organizações econômicas de outrora, enquanto que o caso Sul-Africano se deve a consequências combinadas de um pós-independência e seus “resquícios” coloniais e embargos internacionais em virtude de sua política de segregação racial, o que resultou em um impacto negativo no quesito “inserção econômica-internacional”, uma vez que a sucessão de boicotes e embargos internacionais prejudicou de forma significativa sua internacionalização econômica.

Por fim, a questionável legitimidade das instituições internacionais surgidas no pós-guerra, à medida que surgem nos últimos tempos novas formas de articulação entre países em desenvolvimento que não combinam entre si proximidade geográfica, afinidade cultural e o principal: possuem o diferencial dos arranjos tradicionais de blocos regionais.

4.1 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS BRICS: TRAJETÓRIAS E ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO

Almeida (2009, p.60) faz um destaque das “principais trajetórias” econômicas trilhadas pelos “BRICs”, sem citar o caso Sul-Africano, já que a essa altura, não se cogitava inserir nenhum país

da África em um contexto de integração de países emergentes dentro do acrônimo criado por Jim O'Neill, dando o seguinte destaque:

Transformações econômicas são sempre o resultado de uma combinação de fatores, alguns estruturais, outros derivados de decisões políticas. A Rússia e a China afundaram no caos destruidor de suas economias socialistas pela força carismática de líderes eficientes na organização partidária, mas ineptos na capacidade de aprender o modo de funcionamento de uma moderna economia de mercado. No primeiro caso, a transição ao capitalismo continuou errática, mas a China conheceu uma combinação de autoritarismo político e de firme condução para um regime de mercado, vindo a constituir um exemplo único na história mundial de crescimento sustentado, com transformações estruturais de enorme impacto social. No caso do Brasil e da Índia, as transformações foram menos o resultado de processos dirigidos de “retorno aos mercados”, ou de “revoluções pelo alto”, e bem mais a ação das “forças profundas” de regimes semi-capitalistas finalmente liberados em suas energias criadoras pela abertura econômica e a liberalização comercial. O problema básico do Brasil era o de romper com a retro-alimentação inflacionária e o estrangulamento cambial, processo conduzido a termo mesmo em meio a turbulências financeiras que ameaçaram o êxito do ajuste entre a segunda metade dos anos 1990 e o início dos 2000. No caso da Índia, se tratava de romper com o perfil estatal da economia planejada e do protecionismo exacerbado, o que foi feito de modo tardio, mas facilitado pela existência de uma “diáspora” econômica de alta qualidade nas principais economias desenvolvidas, diáspora que também existe, embora com outras características, na experiência histórica chinesa.

Ao encarar com reservas o papel desempenhado pelos demais emergentes, a China é vista com algum tipo de “vantagem” no quesito desenvolvimento de acordo com Almeida (2009, p.61):

A rigor, a China parece reproduzir, com maior velocidade adaptativa e uma imensa ambição de recuperar rapidamente as décadas perdidas de

anos de socialismo, a experiência japonesa da Revolução Meiji – mandar seus filhos aprender com os líderes científicos e tecnológicos do capitalismo avançado – e, sobretudo, o milagre japonês do pós-Segunda Guerra, com muita cópia e adaptação do “know-how” ocidental e um cuidado extremo em fabricar os mesmos produtos com novos desenhos e marcas próprias. De todos os BRICS, é a única economia emergente que parece destinada a converter-se, efetivamente, em economia dominante, ademais de potência tecnológica e militar, muito embora ela ainda esteja muito longe de igualar, para os seus cidadãos – muitos deles ainda súditos de um regime autoritário –, os níveis de bem-estar individual das populações dos países do capitalismo avançado.

A Rússia, amputada de territórios, recursos naturais e humanos em dimensões importantes, não parece próxima de recuperar a relevância estratégica e política alcançada no ponto máximo de sua “expansão” geopolítica do final dos anos 1970. Ainda que detentora de formidável arsenal nuclear e de certa capacidade de projeção militar, ela não terá condições de desafiar efetivamente os dois gigantes da economia mundial de meados do presente século.

Ela depende de recursos finitos e mesmo sua demografia é declinante.

No que se refere à Índia, ela pode dominar com competência os serviços eletrônicos que ela já oferece de maneira competitiva, mas terá de absorver na economia de mercado centenas de milhões de camponeses que ainda vegetam numa economia ancestral. O Brasil tem pela frente, durante uma geração aproximadamente, a chance de beneficiar-se do chamado “bônus demográfico” – ou seja, a melhor relação possível entre população ativa e dependente econômica –, oportunidade que será provavelmente perdida, em grande medida devido à baixa qualificação técnica e educacional da população, o que reduz bastante os ganhos de produtividade.

Essas deficiências não devem impedir os BRICS de se tornarem relevantes: eles o serão pelo grande peso demográfico e enquanto mercados de consumo em expansão – com exceção da Rússia –, mas não é provável que alcancem o nível de excelência tecnológico já

logrado por quase todos os países do bloco avançado do capitalismo mundial. A exceção, mais uma vez, deve ser a China, que reproduzirá o desempenho tecnológico de Taiwan e da Coreia do Sul com rapidez surpreendente.

As considerações feitas pelo autor e diplomata Paulo Roberto de Almeida no que diz respeito às trajetórias dos BRICs, sem levar em consideração a África do Sul que não integrava o grupo até o ano de 2010 são genéricas, à medida que visa uma análise a respeito do histórico de cada país em termos mais políticos do que propriamente econômicos em relação à China e à Rússia devido ao seu passado totalitário ao longo século passado.

O desmantelamento dos países da “cortina de ferro”, a transição de um modelo “econômico planejado” adotado pelos russos durante setenta e quatro anos (1917-1991), para uma “economia de mercado” em idos da década de noventa, seguido das sucessivas crises devido à inflação, desemprego, queda de preços das *commodities* e crescimento econômico baixo como responsável direto pela moratória decretada em 1998 como consequência direta desse processo mal sucedido de mudança de “paradigma econômico” empregados pelos tomadores de decisão russos.

O caso Chinês embora visto como “bem-sucedido”, não leva em consideração o “ponto sensível” no que diz respeito crescimento econômico sem distribuição de renda, o que torna a médio e longo prazo considerar como questionável a sustentabilidade desse modelo adotado, uma vez que a carência em recursos naturais passa a ser um atenuante no chamado “socialismo com características chinesas”, ou “socialismo de mercado” conforme empregado no jargão político-econômico.^{iv}

Por fim, a questão que envolve mudanças econômicas na Índia e no Brasil está relacionada à orientação a uma “economia de mercado” tardia que resultou de forma ainda que relutante por parte dos líderes desses países em transformações que romperam com os ciclos apontados como responsáveis pelo desempenho mal logrado ao longo das suas trajetórias econômicas, uma vez que suas economias podem ser apontadas como capitalistas devido ao seu grau de internacionalização, embora tenham

um grau pouco diversificado quando comparadas com as economias dos países centrais.

5. ÁFRICA DO SUL OU NIGÉRIA: QUAL O LUGAR DA ÁFRICA NOS BRIC?

O cenário de reorganização sistêmica no século XXI tem proporcionado oportunidades e desafios tanto para a África quanto para os BRICs. Para o continente africano, após a década da descolonização (1960), a década das revoluções (1970), a “década perdida” dos ajustes econômicos (1980) e a marginalização do continente nos assuntos internacionais (1990), a África tem apresentado uma trajetória de recuperação e desenvolvimento ligada à construção dos modernos Estados nacionais. É frágil o recorrente argumento de que a África é um continente voltado ao passado, imerso em conflitos insolúveis e irracionais; ao contrário, percebe-se um “renascimento africano” em meio à complexa herança de uma descolonização peculiar e tardia (VESENTINI, 2007 apud PAUTASSO, 2010, p. 55).

Durante a década de 1990, generalizou-se a convicção de que a África seria um continente “inviável” e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica. Tratava-se de um continente que não interessaria às Grandes Potências, nem as suas corporações e bancos privados. Mas a África não é tão simples nem homogênea, com seus 53 estados, cinco grandes regiões e seus quase 800 milhões de habitantes. Um mosaico gigantesco e fragmentado de estados, onde não existe um verdadeiro sistema estatal competitivo, nem tampouco se pode falar de uma economia regional integrada. De fato, o atual sistema estatal africano foi criado pelas potências coloniais europeias e só se manteve “integrado”, até 1991, graças à Guerra Fria e sua disputa bipolar, que atingiu a África Setentrional, depois da crise do Canal de Suez em 1956, a África Central, depois do início da luta pela independência do Congo, na década de 1960, e finalmente, a África Austral, depois da independência de Angola e Moçambique, em 1975. Depois da Guerra Fria e depois do fracasso da “intervenção humanitária” dos Estados Unidos na Somália, em 1993, o presidente Clinton visitou

o continente africano, em 1998, e definiu a estratégia americana – de “baixo teor” – para o continente negro: paz e crescimento econômico, através dos mercados, da globalização e da democracia. Poucos anos depois, durante o primeiro governo republicano de George W. Bush, os Estados Unidos participaram de várias negociações e forças de paz e se envolveram no controle dos processos eleitorais de novas democracias como Libéria, Serra Leoa, Congo, Burundi e Sudão.

Mas de fato, a preocupação dos Estados Unidos com a África se restringe hoje, quase exclusivamente, à disputa das regiões petrolíferas e ao controle e repressão das forças islâmicas e dos grupos terroristas do Chifre da África. Nesse sentido, apesar dos gestos de boa vontade, tudo indica que a velha Europa não tem mais “fôlego” e os Estados Unidos não têm “capacidade instalada” suficiente, ou mesmo disposição, para cuidarem do projeto de “renascimento africano” proposto pelo presidente Mandela na década de 1990. Assim, para além das lutas tribais, não é improvável que, neste vácuo, acabe surgindo uma luta hegemônica local, ou que a nova presença econômica massiva da China e da Índia acabe se transformando num fator político importante dentro da região. (FIORI, 2007, p. 92-93)

Desde a entrada da África do Sul, oficializada na cúpula do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), em 2010, analistas de mercado, economistas e até o próprio criador da sigla, passaram a criticar a participação do país. Quando o enfoque é demografia e crescimento econômico, o candidato preferido teria sido a Nigéria, grande produtor de petróleo. No entanto, apesar da descrença, e tendo a China como guardiã, o país se esforça para aproveitar o lugar no time de potências mundiais e provar que é digna da nomeação.

“Ser parte do maior grupo político e econômico pode beneficiar o desenvolvimento interno”, salientou o vice-ministro sul-africano de Relações Exteriores Ebrahim Ebrahim. “Nossos parceiros dos BRICS entendem e compartilham de nossas aspirações por crescer, assim como desenvolver o resto da África”, afirmou o sul-africano, que anunciou o interesse de seu país de sediar um

possível banco do grupo. Os BRICS propõem a criação de uma instituição para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento em seus países. (Opera Mundi 02/11/2012 – 08:00)

Nas considerações de Fonseca Junior (2012, p 13):

Ao ser lançada em 2001 a noção de BRICS se sustentava em uma previsão que, à diferença de tantas outras sugeridas por economistas, deu certo: as economias dos quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China, e o que se agregou recentemente, a África do Sul) cresceriam a sua participação no produto mundial, à medida que se tornaria mais expressiva e, conseqüentemente, se tornariam espaços propícios ao investimento estrangeiro. É natural que, como casa bancária, o foco da reflexão da Goldman Sachs fosse o interesse dos seus clientes. Criar o acrônimo era uma solução rápida e eficaz para lembrar onde estariam, em médios e longos prazos, boas oportunidades.

Assim, o que causa espanto, perplexidade, ceticismo, admiração, receio ou esperança não é o conceito destinado a identificar economias com imenso potencial de crescimento nas próximas décadas, mas sim o surgimento dos BRICS como mecanismo político-diplomático que se constitui em um momento de redesenho da governança global, em que se torna cada vez mais aguda a percepção do *déficit* de representatividade e, portanto, de legitimidade, das estruturas gestadas no pós-guerra. (REIS, 2011, p. 31-32)

Sob uma perspectiva econômica, quando a África do Sul é comparada com Brasil, China, Índia, os números estão aquém de uma potência emergente. De acordo com o FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) da África do Sul foi revisado para menos - de 3.2% para 2.7% - em 2012 e a meta será atingir 3.6% em 2013 e 4.2% em 2014. Enquanto isso, os outros países da África esperam crescer em torno de 7% a médio e curto prazo. Já China e Índia, por outro lado, apostam no crescimento entre 7% e 10%.

Os países dos Brics juntos equivalem a 15.17% do volume das exportações globais, o que contribui cada vez mais para a importância

político-econômica do bloco. A China sozinha lidera mais de 12% desse volume. Se avaliarmos os índices de desemprego dos países membros, a África do Sul registra 24%. (Opera Mundi 02/11/2012 – 08:00)

Do ponto de vista econômico, a África do Sul é, de longe, o menor membro do BRICS. Embora tenha o maior PIB da África, não faz parte das vinte maiores economias do mundo e sua posição como membro do G20 serve essencialmente para aumentar a representação regional e a legitimidade global do grupo. Além disso, não existe grande razão de se acreditar que a África do Sul subirá na classificação. Se continuarem as atuais tendências, a Nigéria – e, algum dia, o Egito e a Etiópia – desafiarão e ultrapassarão o líder do continente, e a África do Sul pode perfeitamente sair da lista de trinta maiores economias mundiais. (Post-Western World 12/09/2012)

Já na análise demográfica, a África do Sul também possui a menor população na comparação com Brasil, Rússia, Índia e China, com seus quase 50 milhões de habitantes. Mas, apresenta grande taxa de crescimento populacional, similares ao Brasil e Índia.

Para a doutora em Relações Internacionais e pesquisadora visitante da organização *BRICS Policy Center*, Alessandra Arkhangelskaya, a inclusão da África do Sul no bloco foi muito relevante para o continente e não deve ser analisada isoladamente. “A África e sua agenda estão incluídas nas estruturas principais dos BRICS. A África do Sul se posiciona como uma potência regional, assim como uma porta para todo o continente. Mesmo com todos os desafios socioeconômicos, não há dúvidas sobre sua liderança regional e seu papel deve ser reconhecido internacionalmente.”, revela. (Opera Mundi 02/11/2012 – 08:00)

Nesse contexto, analistas e formuladores de políticas da África do Sul articularam a 'narrativa da entrada': devido a sua posição de liderança no continente, esse país representa um ponto de entrada na África, e, portanto não representa apenas ele mesmo, tanto no BRICS quanto no G20, e sim o continente africano emergente como um todo (cujas cifras de crescimento, em sua totalidade, realmente o fazem ser membro do BRICS). Conforme enfatiza um formulador de

política sul-africano, “o destino da África do Sul é ligado ao destino da África”. Não se trata de mera retórica: ao contrário do que acontecem com os outros membros dos BRICS, que não têm a pretensão de representar suas regiões, os formuladores de políticas chegam até a consultar os seus vizinhos africanos antes de articularem sua estratégia nas cúpulas do BRICS e do G20. (Post-Western World 12/09/2012)

No caso da África também ocorreu algo análogo. Na década de 1990, depois da Guerra Fria e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento, reforçando a imagem muito difundida de um continente inviável. Com “estados falidos”, “guerras civis”, “genocídios” e grandes epidemias, mas, além disto, com apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro em todo o mundo. Assim mesmo, nas primeiras décadas da independência, alguns dos novos estados africanos tiveram forte crescimento econômico, como economias “primário-exportadoras”. Este sucesso inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivas crises políticas, pela crise econômica dos anos 1970 e pela mudança de rumo do sistema econômico mundial. A partir dos 1970-80, a economia africana experimentou um declínio contínuo, até alcançar os níveis muito baixos da década de 1990. No longo prazo, entretanto, como na maioria dos países latino-americanos, as economias africanas dependem das suas exportações de matérias-primas, e o seu desempenho acompanha os ciclos da economia internacional. E é isto o que vem ocorrendo, uma vez mais. Desde o final da década de 1990, pelo menos, está em curso uma nova mudança do panorama econômico africano, em particular na África Subsaariana. O crescimento econômico médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5 %, entre 2000 e 2005, alcançando a taxa de 5,3% em 2006, com uma previsão de que chegue a 5,5% em 2007 e 2008. Desde a metade da década de 1990, 16 países da região, onde vivem 35% da sua população, vêm crescendo a taxas superiores a 5,5% e alguns países produtores de petróleo a taxas “exorbitantes”, como no caso de

Angola, 16,9%, Sudão, 11,8% e Mauritânia, 17,9%. (FIORI, 2007, p. 98-99)

“A Nigéria seria uma escolha por ser uma das maiores economias africanas. Porém, em 2010, a África do Sul também figurava em outros blocos econômicos juntamente com alguns membros do BRIC e já era porta-voz do continente em fóruns internacionais. Também é inegável que o sistema financeiro e de telecomunicações sul-africano estão mais desenvolvido do que em outras nações, além de possuir melhor infraestrutura”, comenta Lucy Corkin, doutora em Ciência Política e pesquisadora visitante do BRICS Policy Center.

Diante do pequeno desenvolvimento econômico sul-africano, os investidores internacionais estão voltando seus olhares para países como Nigéria, Angola e Moçambique, que mostram taxas de crescimento expressivas. “Os investidores reconhecem os problemas internos desses países, mas ficam animados com as perspectivas econômicas dessas nações e projetam maior retorno dos investimentos. Enquanto isso, a África do Sul está perdendo oportunidades”, relata Lucy Corkin. (Opera Mundi 02/11/2012 – 08:00)

As novas perspectivas que permeiam o continente africano são otimistas, à medida que o breve histórico relacionado ao processo de descolonização tão recente, revoluções, “ajustes econômicos” traumáticos e a marginalização do continente em assuntos internacionais ficou no passado, tornando o continente um polo de atração de investimento estrangeiro à luz deste novo século.

Os anos 1990 despontaram com a convicção equivocada de que a África jamais seria capaz de ser inserida no processo de globalização desenvolvido com afinco ao longo daqueles anos de certeza de que o triunfo do capitalismo fora inevitável naquela conjuntura.

A orientação da política-externa americana durante os anos Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009) quanto à África com um objetivo visando uma agenda “humanitária” para a crise que assolava o continente ficou aquém do desejado pelos seus próprios formuladores, o revés sofrido na Somália junto a uma orientação visando a aplicação da conhecida fórmula baseada na crença da “invencibilidade” dos livres

mercados e na democracia como o único modelo viável para a solução de todas as questões que assolam o continente se mostraram equivocadas à medida que não levava em consideração a complexidade das questões que envolvem África e seus estados-nacionais.

Por fim, o ingresso da África do Sul deu um novo direcionamento regional aos BRICS que antes contavam com a seguinte distribuição: Rússia como Estado-parte da Eurásia, China como Estado-parte da Ásia Oriental que despontam junto com países como Japão e Coreia do Sul como uma das maiores economias daquela região, junto às “regiões administrativas especiais” da própria China a exemplo, Hong Kong e Macau, ainda na Ásia em sua parte Meridional, a Índia despontando como ator relevante, enquanto o Brasil detentor da maior economia da América do Sul completa esse novo quadro regional de países sem relações de vizinhança geográfica que marcam um novo tipo de regionalismo nessa primeira metade do século XXI.

6. CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas ao longo da década de 1990, desde o fim da Guerra Fria e a capacidade de manutenção dessas estruturas pelas “potências tradicionais” que a mantinham intacta no arranjo do pós-guerra, mostram um tipo de desgaste que resultou na emergência de novos atores dentro do cenário internacional outrora dominado por esse grupo que tinha os Estados Unidos como principal protagonista.

A emergência de novos atores como os BRICS, nesse “rearranjo” se tornou concreta, já que em um ambiente internacional anárquico de crises sucessivas das “potências tradicionais” colocou em evidência um grupo que possui previsões favoráveis em seu favor, que tem se confirmado de forma rápida, à medida que o crescimento e a pujança de suas economias são uma realidade frente aos processos recessivos enfrentados pelos países ditos desenvolvidos.

Contudo, a necessidade de lidar com desafios tão particulares por cada país membro dos BRICS e a inserção da África do Sul encarada por especialistas e analistas como um “equivoco”, já

que dentro do “encaixe” de um país do Continente Africano dentro dos paradigmas delineados pelo criador do acrônimo “BRIC”, Jim O’Neil, o “candidato ideal” seria a Nigéria, devido a sua população e crescimento econômico, mas, não há dúvidas de que a escolha devido ao nível reconhecido de “interlocutor privilegiado” dentro do Continente Africano e ator de relevância estratégica, faz com que a África do Sul tenha vantagem maior do que a da Nigéria em sua inserção dentro do grupo de países emergentes, já que consulta seus pares visando sua atuação em fóruns internacionais e tem atuação como “porta-voz” ativa da África em negociações multilaterais.

Por fim, é necessário salientar que o papel da China dentro do grupo de países emergentes de alguma forma faz com que ela se sobressaia em diversas matérias e até mesmo entre seus “sócios”, o que faz com que esse país tenha um papel relevante fazendo com que a inserção dos BRICS no cenário internacional se torne uma realidade, ao contrário das demais siglas como N-11, VISTA e CIVETS, embora apresentem as mesmas características que os BRICS no que diz respeito a configurar entre as maiores economias mundiais no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto In: Cebri-Ícone-Embaixada Britânica Brasília: *Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas* Rio de Janeiro 2009, p.57-65
- BARBOSA, Rubens. A cúpula do Bric. *Revista Política Externa*, vol. 18 n 2 set-out-nov., 2009, p.99-102.
- FIORI, José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul*, *Revista de Economia Heterodoxa - Oikos* nº 8, ano, ano VI. 2007 ISSN 1808-0235
- FUNAG, *O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*, In JUNIOR, Gelson Fonseca, BRICS: notas e questões. Editora: FUNAG, 2011.
- _____. In REIS, Maria Edileusa Fontenele, *BRICS: surgimento e evolução*. Editora: FUNAG, 2011
- GALVÃO, Marcos, Brand BRIC brings changes, *WorldToday.org*, ago./set. 2010, p. 13.

GONÇALVES, José Botafogo. *BRIC: sigla contingente ou permanente*, Revista de Política Externa, vol. 18 n 2 set-oct-nov., 2009, p 89-97

HOBBSAWM, Eric J *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 537-538

HURELL, A. “Hegemonia, liberalismo e ordem global”. In: HURRELL, A. et alii. *Os BRICS e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 10.

LIMA, Gleyma; ROCHA Polyanna: *Vista como irmã bastarda, África do Sul aposta nos Brics para se desenvolver*. Opera Mundi, Maputo e Cidade do Cabo 2 nov. 2012. Acesso: 2 nov. 2012

MAIA, Cibele Leandro da Silva, *Adoção Internacional: Alternativa viável ou exportação de problemas? – Uma interpretação do Caso do Haiti no Pós-Terremoto*, Revista Acadêmica de Relações Internacionais, v.1, n.2, nov/fev. 2011

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. *Teorias de Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

OLIVEIRA, Maria Aparecida Carneiro de, *Ações políticas dos BRICS: Agenda Convergente?* [Trabalho de conclusão de curso] Brasília: Universidade de Brasília. Especialização em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais –IREL; 2012

PAUTASSO, Diego. *A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC* Meridiano 47 (UnB), vol 11, n 120, jul.-ago 2010 (p.54 a 59)

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SERRANO, Franklin *Relações de Poder e a Política Econômica Norte-Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In FIORI, J. L. *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

STUNKEL, Oliver *O “S” em BRICS: A África do Sul pode representar um continente?* Post-Western World 12/09/2012 Acesso: 12/09/2012

VISENTINI, Paulo. *A África frente à globalização*. In: VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Dario; PEREIRA, Ana. *Breve história da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007, PP. 141-168.

VIEIRA, Máira Baé *Baladão Estamos ricos, mas pode não sair barato: intersecções entre a recente evolução do sistema monetário internacional e o atual protagonismo dos BRICS* Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº.

8 | Out.Nov 2011

ⁱBacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, autor do livro “O Mercosul em foco e sua organização jurídico-institucional em seu processo de formação” pela Editora Multifoco 2011e-mail: rodrigocassiomarinho@gmail.com

ⁱⁱDados de 2010 para PIB nominal. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value_last&sort=desc&display=default>.

ⁱⁱⁱDados disponíveis em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/01/daily-chart-10>> e <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/NEW012412A.htm>>.

^{iv}O termo empregado “Socialismo de mercado” ou “socialismo com características chinesas” foi criado por Deng Xiaping no auge das reformas empreendidas ao longo da década de 80 do século XX por esse dirigente do Partido Comunista Chinês